



Universidade Federal de São João del-Rei

Kaio Trindade Mineiro Vale

Dificuldades e desafios no tratamento do tema “diversidade sexual na escola” na percepção de licenciandos do curso de Matemática da UFSJ

São João del-Rei – MG

2018

Kaio Trindade Mineiro Vale

Dificuldades e desafios no tratamento do tema “diversidade sexual na escola” na percepção de licenciandos do curso de Matemática da UFSJ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenadoria do Curso de Matemática, da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Matemática.

Orientadora: Profa. Romélia Mara Alves Souto

São João del-Rei, ____ de _____ de _____

Banca Examinadora

Orientadora: Profa. Romélia Mara Alves Souto

Profa. Fabíola de Oliveira Miranda

Profa. Viviane Cristina Almada de Oliveira

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por toda força e luz concedida a mim.

Agradeço também a todos meus familiares, em especial aos meus pais Maria de Lourdes e José Geraldo, por serem minha base e inspiração, por sempre aplaudirem minhas conquistas e apoiarem minhas escolhas. Ao meu parceiro, Thiago, por sempre me apoiar e incentivar. Obrigado por todo amor e força!

A todos os meus amigos de curso, por contribuírem com a pesquisa presente no trabalho. Em especial, àquelas que sempre estiveram ao meu lado nessa caminhada e que levarei sempre comigo e com muito carinho: Ana Cláudia, Denise, Dominike, Izabela, Jéssica e Margreicy.

A minha orientadora, Romélia Mara Alves Souto, que me recebeu tão bem e acreditou no meu potencial, oferecendo suporte e apoio para o desenvolvimento deste trabalho. Gratidão!

A todos os meus professores de graduação, aos quais sou eternamente grato por todo conhecimento compartilhado. Um agradecimento especial à professora Viviane Almada, por ter contribuído tanto para o meu crescimento e por mostrar que é possível fazermos a diferença.

A todos que de alguma forma contribuíram para elaboração deste trabalho, meus sinceros agradecimentos!

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à toda população LGBTQ+ vítima de uma sociedade preconceituosa e intolerante. Por toda criança e adolescente vítima do *bullying homofóbico* e discriminadas diariamente nas escolas de todo Brasil. Por/para vocês é que este trabalho tem a razão de existir. Quanto mais vozes, mais forte será o nosso manifesto! Que não se exclua ninguém, senão a exclusão!

“Se alguém não for livre da fome, ninguém é livre da fome. Se algum homem ou mulher não for livre da discriminação, ninguém é livre da discriminação. Se alguma criança não for livre da falta de escola, de família, de lazer, ninguém é livre.”

Mário Sergio Cortella

RESUMO

O presente estudo busca conhecer e analisar debates ligados às dificuldades e desafios no tratamento do tema “diversidade sexual na escola” na percepção de alunos concluintes do curso de Matemática da UFSJ. A partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, a Orientação Sexual passou a ser um tema transversal, visando levar aos conteúdos e à metodologia das diversas áreas perspectivas do tema dentro da escola. Além de influenciar nas escolhas profissionais e pessoais de crianças e adolescentes, a escola também é um espaço onde as primeiras violências, como o bullying e a discriminação, acontecem. Evidenciou-se que os discentes não têm acesso às informações, discussões e conhecimentos necessários para que a transversalidade do tema Orientação Sexual se realize nas aulas de Matemática, embora acreditem na possibilidade da inclusão das perspectivas do tema em algumas ocasiões no processo de ensino de Matemática. Evidenciou-se que os licenciandos pesquisados acreditam na inclusão do debate nas aulas de Matemática no ensino básico, porém são poucos os momentos de debate na formação inicial. Além disso, acreditam que o tratamento e debate sobre o tema diversidade sexual na escola é uma das formas mais eficazes para a diminuição do preconceito e da intolerância.

Palavras chave: Educação Matemática. Educação crítica. Diversidade sexual.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	12
2.1. Preconceito e discriminação contra a comunidade LGBT+	14
2.2. Diversidade sexual e o contexto educacional	16
3. MÉTODO	18
4. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
6. REFERÊNCIAS	31
ANEXOS	34

1. INTRODUÇÃO

Segundo o levantamento realizado durante o ano de 2016, com dados divulgados dia 23 de janeiro de 2017, pelo Grupo Gay da Bahia - GGB, 347 pessoas entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros - LGBT+¹- foram mortas “por causas violentas no Brasil em 2016. A pesquisa foi feita de forma hemerográfica, ou seja, com base em notícias publicadas em veículos de imprensa” (GRUPO GAY DA BAHIA, 2017). Além disso, a associação *Transgender Europe*² coloca o Brasil como um dos países com o maior índice de assassinatos de transexuais em números relativos no mundo, entre 2008 e 2016. O ano de 2017 foi ainda mais preocupante. O número de mortes de LGBT+, vítimas da violência gerada pela *LGBTfobia*³, foi o maior já contabilizado na história.

Como futuros educadores e cientes que ocuparemos uma posição importante e de grande contribuição para a quebra de preconceitos e tabus, debater o assunto diversidade sexual se torna essencial e necessário nos dias de hoje. “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (FREIRE, 1999, p.104). Recusar o debate acerca da realidade de muitas pessoas, que por diversas vezes são alvos de violências, que podem ser eliminadas/diminuídas dentro da sala de aula, é negar a própria realidade, é teimar em não enfrentar nossos próprios conflitos e enxergar nossas próprias entranhas.

Desde a década de 1990, a diversidade sexual passou a ser tratada como uma temática que deveria fazer parte do dia a dia nas escolas. O primeiro movimento nesse sentido partiu dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, nos quais a *Orientação Sexual* passou a ser um tema transversal. Nele, entende-se que

a sexualidade no espaço escolar não se inscreve apenas em portas de banheiros, muros e paredes. Ela “invade” a escola por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles. Por vezes a escola realiza o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem a sexualidade fora dela. (...) Com a inclusão da Orientação sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação

¹ LGBT+ (ou LGBTTT) é a sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, que consistem em diferentes tipos de orientações sexuais e expressões de gênero.

² A Transgender Europe foi criada no primeiro Conselho Transgênero Europeu em Viena, em novembro de 2005, e formalmente registrada como organização de caridade austríaca 14 meses depois. Funcionou como uma organização voluntária por muitos anos. A Transgender Europe estabeleceu-se como voz legítima da comunidade trans na Europa.

³ O emprego do termo “LGBTfobia” no lugar do tradicional “homofobia”, tem em vista reiterar e visibilizar a violência às diversas identidades e expressões de gênero que compõem a sigla LGBT+.

sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura (BRASIL, 1998, p. 292-293).

Abordar esses assuntos em sala de aula não é tarefa fácil e tampouco esse debate tem sido realizado pelas escolas, provavelmente pelo fato de movimentos conservadores irem contra a inserção de assuntos como esses no âmbito escolar e pelas investidas de movimentos religiosos que avançam sobre as políticas públicas educacionais. O Movimento Escola Sem Partido - MESP, é um exemplo de levante contra a inserção desses temas dentro da escola. Para o MESP, “a pretexto de transmitir aos alunos uma ‘visão crítica’ da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo” (MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO, n.p).

Por outro lado, a partir da elaboração, em 2017, da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, espera-se que algumas competências relacionadas ao conhecimento e aceitação de si mesmo e do outro sejam desenvolvidas pelos estudantes, dentre as quais destacamos:

- Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
- Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASÍLIA, 2018, p. 10).

Assim, de um lado temos os direitos garantidos legalmente de levar o assunto para dentro da sala de aula e problematizá-lo em qualquer disciplina que alcance o debate; de outro, temos os interesses ligados à estruturação curricular, interesses esses que partem de uma classe dominante que, evidentemente, não abre espaço para o debate de temas oriundos de grupos minoritários.

Sobre os documentos curriculares, Silva (2003) afirma que “os currículos, além de refletirem os processos sociais nos quais se engendram, são narrativas, marcadores de identidades e efeitos em sala de aula, que moldam quem somos, o que aprendemos e como aprendemos” (TOLOMEOTTI, 2016, p. 75). Assim, as vozes de grupos minoritários

[...] que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação. Entre essas culturas ausentes podemos destacar as seguintes: [...] as etnias minoritárias ou sem poder; o mundo feminino; as sexualidades lésbica e homossexual; a classe trabalhadora e o mundo das pessoas pobres; as pessoas com deficiências físicas e/psíquicas. (SANTOMÉ, 1995, p. 161)

A discussão sobre a diversidade sexual é um tema urgente que não pode mais ser ignorado por diretores, professores e gestores das redes de educação básica. Às escolas cabe não silenciar e não tolerar qualquer comportamento que seja preconceituoso. Mas o professor tem em sua formação discussões e debates acerca do tema que contribuam para uma abordagem dentro da sala de aula com os alunos? No Seminário sobre o Plano Nacional de Educação, realizado na Câmara dos Deputados, Diniz (2011) nos convoca para uma mobilização nacional por uma educação sem LGBTfobia, enfatizando que

é na escola que nosso principal esforço para igualdade sexual precisa estar. Mas não é tão simples. Os homofóbicos podem ser os diretores, os professores, os autores dos livros didáticos ou os pais das crianças. A resistência homofóbica e heteronormativa ronda as ações de igualdade sexual” (DINIZ, 2011).

Em relação à formação inicial do professor, a falta desse debate é perceptível. Essa escassez leva-nos a deixar de pensar em uma nova escola democrática e diversificada: uma escola que caminhe junto com as transformações da sociedade. Falar de diversidade sexual é essencial para diminuir preconceitos em geral, promover o respeito, sensibilização e auxiliar na própria construção de identidade, o que não se distancia muito do papel do professor que se preocupa em educar criticamente.

Considerando as dificuldades sentidas por muitos docentes na abordagem de temas relativos à diversidade sexual, procuramos, por meio do trabalho aqui relatado, descrever dificuldades e percepções de licenciandos concluintes do curso de Matemática da UFSJ acerca dos desafios e dificuldades no tratamento dessa questão, tanto em sua formação inicial quanto em sua futura prática em sala de aula.

O discurso do professor que desconhece e nega o debate do tema abordado no presente trabalho, além de equivocado tem o efeito de reforçar, ainda que inconscientemente, estereótipos e preconceitos já presentes no imaginário do aluno ou, ao mesmo tempo, ajudar a construí-los. Esse equívoco pode decorrer do fato de professores não perceberem que a

criança ou o adolescente não nasce intolerante às “diferenças”, mas aprende a ser intolerante nos exercícios de práticas sociais e na própria escola.

O direcionamento do debate sobre o tema diversidade sexual para o curso de licenciatura em Matemática, deve-se ao fato de acreditarmos na contribuição do educador matemático para a leitura do mundo em que vivemos. Cremos que a discussão suscitada por essa pesquisa poderá oportunizar a discussão de atividades e modos pelos quais os futuros professores de matemática podem vir a trabalhar o assunto através de conteúdos matemáticos. De fato, a LGBTfobia é uma questão que pode ser percebida e discutida sob várias perspectivas, e esse debate se torna ainda mais necessário e importante no contexto da formação inicial de professores.

Numa perspectiva da Educação Matemática Crítica, acreditamos que, ao conectar o tema abordado às aulas de matemática, pode-se contribuir para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos democráticos. Segundo Ole Skovsmose, é relevante que os problemas estejam em sintonia “com situações e conflitos sociais fundamentais” (Skovsmose, 2001), visto que o problema em questão não diz respeito necessariamente ao que convencionalmente chamamos de “problemas matemáticos”, mas a problemas que trazem implicações e abordam aspectos da realidade social brasileira que podem ser explorados matematicamente. Ubiratan D’Ambrósio nos traz a ideia de que

a matemática e a educação matemática não podem ser insensíveis aos problemas maiores que afetam o mundo moderno, principalmente a exclusão de indivíduos, comunidades e até nações, dos benefícios da modernidade. A matemática é o maior fator de exclusão nos sistemas escolares. (D’AMBROSIO, 2001, p. 16).

No que diz respeito ao tema diversidade sexual, “ainda vivemos num ambiente escolar que atribui ‘menor’ importância a esta temática” (BRITTO, 2013, p. 3360). “A escola deve ser vista como um espaço onde a educação sexual precisa ser tirada da marginalidade e colocada nas discussões curriculares” (RODRIGUES, 2011).

Figueiró (2006) afirma que o papel do professor seria o de “agente que cria as condições para o aluno aprender e que o auxilia em sua aprendizagem” (p. 48). Nesse sentido, acreditamos na pertinência do debate na formação inicial do professor, visto que nem todas as propostas curriculares para as licenciaturas contemplam temáticas relacionadas à gênero, sexualidade e diversidade sexual.

Por fim, considero relevante mencionar nessa introdução uma situação vivida por mim, em 2017, enquanto professor de Matemática em uma escola da rede pública da cidade de

Prados, Minas Gerais, que me levou a compreender a importância e a necessidade do debate em relação ao tema aqui abordado nos cursos de formação de professores. Como um homem gay e residente em uma cidade pequena – que ousou dizer, conservadora – me deparei com questionamentos em relação à minha orientação sexual por alguns alunos durante uma aula no 9º ano do ensino fundamental. No momento não me importei com o que havia ouvido – alunos desafiando um ao outro a chegar até mim e perguntar se eu “realmente era” gay. Porém, terminada a aula, recorri à supervisora responsável pela turma e conversei sobre a necessidade de se ter uma conversa com a turma sobre o ocorrido, até mesmo para que questionamentos como estes não se repetissem. A partir daí, tomando a Estatística como aliada, ministrei uma aula em que discutimos juntos sobre o número de vítimas da LGBTfobia no Brasil. Com a ajuda de dados obtidos pelo GGB, chegamos à conclusão de que a LGBTfobia é um problema social, que não pode mais ser ignorado. Percebi entre os alunos uma falta de conhecimento em relação a determinados dados e, até mesmo, à sigla LGBTQ+. Para muitos ali, era uma palavra nova. Depois dessa aula, pude perceber que a relação aluno-professor já não era a mesma de antes. Houve, como consequência, uma aproximação e, junto com ela, mais interesse e melhor rendimento em relação à disciplina de Matemática. Informar e comunicar é preciso! Em tempos das propagandas em favor da “escola sem partido”, e de ataques ao que se tem chamado de forma pejorativa de “ideologia de gênero” ou “Kit Gay” e de muitos questionamentos sobre o movimento homossexual e transexual, de cunho preconceituoso e discriminatório, com explícito desrespeito às diferentes identidades constituídas no âmbito das sociedades contemporâneas, debater assuntos ligados à diversidade sexual é de extrema importância para construirmos uma escola de todos e para todos.

2. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

A escola é um espaço que promove - ou deveria promover – o desenvolvimento harmonioso no combate às intolerâncias e opressões. Muitas vezes a discriminação e o preconceito acontecem dentro da sala de aula. Negar o debate sobre as diferenças é contribuir para o retrocesso no contexto escolar, uma vez que a escola tem uma grande importância no processo de educação para o direito à diferença.

Instituídos na década de 1990 pelo Ministério da Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs

(...) foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país (...). Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. (BRASIL, 1998, p. 6).

A partir dos PCNs, a Orientação Sexual passou a ser um tema transversal, devendo assim ser trabalhado juntamente com todos os conteúdos curriculares.

A escola deve informar, problematizar e debater os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando não a isenção total, o que é impossível, mas um maior distanciamento das opiniões e aspectos pessoais dos professores para empreender essa tarefa. (...) O professor conduz e orienta o debate, não emitindo opiniões pessoais. Após esse trabalho, é uma opção pessoal do aluno tirar (ou não) uma conclusão sobre o tema, quando abordado, suscita expectativas, ansiedades e direcionamento por parte dos pais, coisas muito diferentes das discutidas em sala de aula. (BRASIL, 1998, p. 302).

Incluindo Orientação Sexual como tema transversal, espera-se alcançar objetivos, como alguns listados a seguir:

- Respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano;
- Compreender a busca de prazer como um direito e uma dimensão da sexualidade humana;
- Identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos;
- Reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas;
- Identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos do outro. (BRASIL, 1998, p. 311)

Notamos que temos fundamentos que nos asseguram a possibilidade de falar sobre diversidade sexual na escola, apresentados em documentos norteadores da ação educativa que nos propõem debater tal assunto dentro da sala de aula. Contudo, muitas vezes essas propostas não são colocadas em prática pelos profissionais da educação.

Diferente do que alguns grupos e movimentos conservadores apontam – como defender a ideia de que falar de diversidade sexual é ensinar o aluno a ser gay, debater o assunto dentro da sala de aula tem caráter informativo, com a intenção de promover o respeito mútuo e a tolerância às diferenças.

Não podemos, em nome de um princípio moral particular, impedir os nossos jovens alunos de viverem sua identidade de gênero e a sua sexualidade, mesmo que particularmente não nos sintamos à vontade com algumas dessas expressões. “A escola republicana mantida pelo Estado, é pública, laica e gratuita” (NOGUEIRA, 2014, p. 30). A diversidade de ideias, pensamentos e formas de ser e viver devem ser respeitadas. Se buscamos uma escola inovadora, temos que nos desprender do modelo de escola de anos atrás, acompanhando a revolução e a conquista de espaços por pessoas que por muito tempo não tinham voz na sociedade. A sociedade hoje não é mais a mesma que a de anos atrás. Assim, a escola deve caminhar junto com a sociedade.

Adão Lara (2016) nos leva a pensar que

é necessário da parte dos educadores, abrir-se ousada e corajosamente para a tarefa hermenêutica de uma leitura atenta da cultura, que os gera e a seus alunos. Não se obtém isso tornando-se simplesmente competente em determinado setor do conhecimento (ADÃO LARA, 2016, p. 9).

Dessa forma, é evidenciada a importância da discussão sobre o tema diversidade sexual durante a formação de professoras/es, seja essa inicial ou continuada. A escola, como espaço de formação de cidadãos que devem conviver e construir uma sociedade mais justa, tem papel relevante na educação para o respeito às diferenças. Trabalhos como esses na escola vão desde ações para combater os estereótipos, até o debate explícito sobre sexualidade, feminismo, orientação sexual e identidade de gênero.

Compreender que a escola é composta pela diversidade e saber lidar com ela não é tarefa fácil. “A educação, enquanto direito de todos, deve privilegiar valores de convívio entre os sujeitos, independentemente das limitações ou especificidades de cada um” (RODRIGUES, 2017, n.p), sendo sua função acolher e garantir acesso e permanência de todos os indivíduos na escola.

2.1. Preconceito e discriminação contra a população LGBT+

Ayaz Marhoni e Mahmoud Asgari tinham menos de 18 anos, quando foram flagrados pelas autoridades de seu país cometendo um crime, segundo a lei local: eram gays e se comportavam como namorados em público. No dia 19 de julho deste ano [2005], após 14 meses e 228 chibatadas cada, os dois foram enforcados em praça pública na cidade de Mashhad, nordeste do Irã, país onde 4 mil homens e mulheres homossexuais já foram executados desde 1979 – média de 153 por ano (MONTEIRO, 2005, n.p).

Nos 37 anos que o GGB coleta dados de números de vítimas de LGBTfobia, o ano de 2017 se destacou por ser o ano com mais mortes registradas. No ano de 2016, a cada 25 horas um LGBT+ foi barbaramente assassinado, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais.

Desde 2004, o grupo divulga relatórios anuais sobre a violência contra a população LGBT+ no Brasil. Mas esses números não são precisos. O GGB mapeia apenas os casos que são divulgados na mídia. Além disso, as delegacias e outros órgãos de segurança pública, em geral, não têm o hábito de associar o crime desse gênero à orientação sexual da vítima. O que quer dizer que, provavelmente, o número de vítimas de violência LGBTfóbica é bem maior.

O que preocupa ainda mais são os dados levantados pelo GGB no ano de 2017. Nesse ano, a cada 20 horas, um LGBT+ morreu de forma violenta por motivação homofóbica no Brasil. Pode-se tratar de uma resposta ao levante conservador que contamina a população com discursos impregnados de ódio, que a todo custo querem calar a voz da população LGBT+. Foram documentadas 442 mortes, o que torna 2017 o ano com o maior número de assassinatos da população LGBT+ no Brasil desde o início da pesquisa, há 37 anos.



Fonte: <<https://homofobiamata.wordpress.com/>>

Reconhecer que a LGBTfobia é um problema social que deve ser combatido por todos, é uma maneira de diminuir as vítimas dessa violência e lutar pelo respeito e tolerância. Causa

estranheza pensar no fato de alguém ser agredido apenas pelo fato de existir e ser quem ele é. Mas isso acontece e muitas pessoas sentem na pele todos os dias a violência física/verbal e a discriminação. Assim, na tentativa da reafirmação da sexualidade perante os outros, de camuflar desejos homossexuais (conflitos internos), de elevação da posição moral servindo-se de grupos de minorias, por meio de piadas, calúnias, insultos verbais e ataques físicos, tudo isso somado a um despreparo policial e a uma falta de lei que criminalize tais agressões, vivemos em um mar de casos mal resolvidos, enquanto vidas são atormentadas ou retiradas.

Mott (2010) relaciona a LGBTfobia com a

(...) omissão das autoridades em investigar crimes contra LGBT, na recusa e mau atendimento das vítimas nas delegacias, na impunidade dos assassinos, na omissão do legislativo em aprovar leis que equiparem e punam a homofobia como ao crime de racismo, no veto do poder executivo a ações afirmativas que promovam a cidadania LGBT (MOTT, 2010, s/p).

Sobre a naturalização de atitudes de cunho homofóbicas, Carrara (2010) exemplifica:

A alta disseminação de piadas sobre “bichas”, “veados” ou “sapatonas”, por exemplo, e sua aceitação social, como atestam os personagens caricaturais em programas na TV, considerados humorísticos, bem como o uso corriqueiro e privilegiado desses termos como xingamentos, são evidências da naturalidade com que a sociedade brasileira ainda convive com a discriminação da população LGBT (CARRARA, 2010, p. 119).

Naturalizar o preconceito dificulta a luta por igualdade de direitos. Essa naturalização contribui aos poucos para a consolidação de uma sociedade desigual e discriminatória, para o retrocesso de toda uma comunidade que luta diariamente por querer ser reconhecida como realmente é.

O discurso retomado por movimentos e comunidades conservadoras é baseado na ideia de que os LGBT+ não querem igualdade e direitos, mas sim privilégios. É difícil pensar e entender essa ideia. Seria privilégio ser o que realmente se é? Seria privilégio querer os mesmos direitos concedidos àqueles que pertencem a um padrão heteronormativo? Se a volta desse discurso está baseada em argumentos sobre privilégios, isso deixa ainda mais claro que aqueles pertencentes ao modelo heteronormativo são privilegiados e os que fogem a esse padrão não são.

Cardoso e Ferrari (2016), relatam que

A empreitada do conservadorismo no Brasil ameaçava – e continua ameaçando – uma área relativamente nova: a produção de conhecimento sobre as relações de gênero e sexualidades originária das ciências sociais e humanas. No entanto, mesmo recente, essa produção é impactante e, nesses poucos anos, vêm produzindo conhecimentos que “desestabilizam” nossas verdades (CARDOSO, FERRARI, 2016, p.1).

O fortalecimento do discurso conservador faz com que companhias e movimentos que querem silenciar grupos de minorias, como os LGBTQ+, ganhem força. Com isso, a representatividade de indivíduos LGBTQ+ torna-se ainda mais necessária. A diversidade sempre existiu, só precisava ser exposta para promover reflexões e debates. Somos seres diversos e devemos, no mínimo, respeitar as diversidades e o modo de ser de cada um.

2.2. Diversidade sexual e o contexto educacional

Falar sobre diversidade sexual é reconhecer diferentes possibilidades de expressão da sexualidade. A escola, como instituição social e transformadora, pode contribuir na promoção da diferença como direito e como um fato que constitui a realidade, promovendo assim, o respeito e a tolerância. Freire (2005) nos explica o que significa tolerar:

A tolerância genuína, por outro lado, não exige de mim que concorde com aquele ou aquela a quem tolero ou também não me pede que a estime ou o estime. O que a tolerância autêntica demanda de mim é que respeite o diferente, seus sonhos, suas ideias, suas opções, seus gostos, que não o negue só porque é diferente. O que a tolerância legítima termina por ensinar é que, na sua experiência, aprendo com o diferente (FREIRE, 2013, p. 26).

A escola não deve fechar os olhos para a LGBTQfobia e a discriminação. Deve-se levar em conta a ideia de que tolerar gera aprendizado e respeito – o que remete ao papel da escola. Em relação aos professores, particularidades devem ser deixadas de lado para que o real significado de tolerar se faça presente no meio educacional. O Artigo 5º da *Declaração de Princípios sobre a Tolerância* (UNESCO, 1995), assume o comprometimento na fomentação da tolerância e a não violência por meio de programas e de instituições no campo da educação, da ciência, da cultura e da comunicação.

No Documento Básico da Conferência Nacional de Educação Básica (Brasil/MEC, 2008), realizada em Brasília, em abril de 2008, lê-se que só há educação, no sentido pleno do termo, se ela for inclusiva e respeitar a diversidade. Mas, para que isso aconteça, segundo o documento, isso implica no enfrentamento de alguns desafios como o “de propiciar condições para a definição de políticas educacionais que promovam a inclusão social e o respeito à diversidade de forma articulada entre os sistemas de ensino” (BRASIL, 2008, p. 2).

Infelizmente, percebemos no nosso sistema escolar um certo silenciamento no que diz respeito ao tema diversidade sexual. Podemos considerar esse silêncio como um precursor da discriminação e da violência. Não debatendo o assunto, privamos o aluno de uma educação

baseada na garantia e no respeito à diversidade sexual, negando vidas e a luta de pessoas que foram, durante anos, deixadas à mercê da sociedade e que vem ganhando voz na educação, na política e na sociedade.

Em relação ao contexto escolar, essa violência é preocupante. Segundo Martins (2005),

vários são os conceitos existentes que envolvem a violência na escola, além dos citados, tais como conduta antissocial, distúrbio de conduta e *bullying*, conceitos estes decorrentes de estudos realizados em diversas partes do mundo, revelando-se uma das grandes preocupações das sociedades industrializadas (MARTINS, 2005, p.106).

Fante (2005), define o *bullying*

como um comportamento cruel intrínseco nas relações interpessoais, em que os mais fortes convertem os mais frágeis em objeto de diversão e de prazer, através de “brincadeiras” que disfarçam o propósito de maltratar e intimidar (FANTE, 2005, p.29).

Ainda, para a autora, o *bullying* remete a uma série de fenômenos:

Bullying é um conjunto de atividades agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidação, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os a exclusão, além de danos físicos, morais e materiais, são algumas das manifestações do comportamento *bullying* (FANTE, 2015, p. 29).

A violência na escola é desencadeada por vários motivos, como a agressão proveniente da LGBTfobia, o que chamaremos de *bullying homofóbico*⁴. Piadas, acusações e agressões verbais são fatores que acabam naturalizando a LGBTfobia na escola. Tudo isso faz da escola um terreno fértil para o preconceito e a discriminação. A criança que hoje na escola chama o colega de “bichinha” ou “viadinho”, no futuro pode ser o adulto que insulta, agride ou mata o outro por conta da orientação sexual ou expressão de gênero. Se esse preconceito é concebido pelo aluno na família, cabe à escola combatê-lo.

O *bullying homofóbico* muitas vezes passa por despercebido, uma vez que se naturalizaram brincadeiras de cunho homofóbico, provenientes do machismo e do heterossexismo. O fato de não enxergar a realidade da diversidade sexual dentro da sala de aula contribui para tal violência. Vieira Garcia (2009), em relação ao heterossexismo, coloca o *bullying homofóbico* como um fator que contribui muito para o desencadeamento da LGBTfobia:

⁴ Diversos autores utilizam o conceito de *bullying homofóbico* entendendo que existe uma forma específica de violência que abarca a escola e a homofobia.

(...) para evidenciar a homofobia nas escolas e seus efeitos sobre suas vítimas, que incluem perda de autoestima e autoconfiança, retraimento, dificuldade de concentração, absenteísmo escolar, fobia da escola, sentimentos de culpa e vergonha, depressão, ansiedade, medo de estabelecer relações com estranhos, levando em alguns casos a tentativas de suicídio (VIEIRA GARCIA, 2009, p. 11).

Nesse sentido, podemos considerar a LGBTfobia como uma questão preocupante nas escolas. Segundo Abramovay (2004)

A discriminação contra homossexuais, ao contrário das de outros tipos, como as relacionadas a racismo e a sexismo, são não somente mais abertamente assumidas, em particular por jovens alunos, além de ser valorizada entre eles. Portanto, os homossexuais são agredidos por pessoas que acreditam serem “normais” e julgam os diferentes, na sua concepção, como “anormais” e “doentes” (ABRAMOVAY, 2014, p. 279).

Se não olharmos o espaço escolar como um lugar de formação de cidadãos críticos, mais casos de preconceitos serão vivenciados na escola, o que pode vir a ocasionar, em particular, o fracasso e o abandono. “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças” (MANTOAN, 2003, p. 13).

3. MÉTODO

A pesquisa relatada neste estudo é qualitativa, visando desvelar pontos de vista dos licenciandos sobre o assunto em questão, e exploratória, buscando levantar informações que nos possibilitem identificar e compreender desafios e dificuldades ao se tratar do tema diversidade sexual na escola, nas percepções de estudantes concluintes da licenciatura em Matemática. Para a coleta de dados, foi adotada a técnica do grupo focal que, segundo Powell e Single (1996) consiste em “um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objetivo de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal” (1996, p. 449). De acordo com Gatti (2012), esta abordagem “é um bom instrumento de levantamento de dados para investigações em ciências sociais e humanas, mas a escolha de seu uso tem de ser criteriosa e coerente com os propósitos da pesquisa” (GATTI, 2012, p. 8).

O grupo focal teve duração de uma hora e vinte e seis minutos e foi realizado no dia quatro de dezembro de dois mil e dezessete, na sala 2.05-PAV do Campus Santo Antônio, na

Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, situado na cidade de São João del-Rei, Minas Gerais. Os registros do grupo focal se deram por meio da gravação em áudio.

No encontro, foram apresentados a pesquisa e seus objetivos, pontuando a participação voluntária do discente, mediante assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (Anexo I). Além disso, foi elaborado e aplicado um questionário online alguns dias depois do encontro com os licenciandos. Esse questionário, composto por 9 (nove) questões abertas e fechadas, com o intuito de caracterização dos participantes do grupo, foi enviado aos discentes participantes para que pudessem respondê-lo e depois reenviá-lo.

Participaram dessa pesquisa 13 (treze) discentes, de ambos os sexos, sendo 11 (onze) mulheres e 2 (dois) homens, de idades entre 21 (vinte e um) e 40 (quarenta) anos. Nenhum participante se autodeclarou pertencente à população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais; 5 (cinco) afirmaram ter algum familiar LGBTQ+.

4. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Os dados foram analisados a partir dos registros presentes no material da transcrição do áudio do grupo focal. Gatti (2012) vê essa análise como um processo de elaboração, de procura de caminhos, em meio às tantas informações levantadas. Através da análise desse conteúdo, identificamos questões derivadas da percepção dos licenciandos do curso de Matemática da UFSJ no tratamento do tema diversidade sexual. Além disso, as respostas obtidas através das questões propostas no questionário (Anexo II), nos possibilitaram o levantamento de dados e informações para caracterização do grupo participante da pesquisa.

A partir dos dados e informações levantados por meio das respostas ao questionário proposto, dos 13 (treze) discentes envolvidos na pesquisa, 3 (três) declararam nunca terem participado de palestras, no âmbito da formação inicial, relacionadas ao tema diversidade sexual, dado que todos consideraram importante o debate do tema em questão no meio educacional. A falta de conhecimento sobre o tema, muitas das vezes, pode vir a contribuir para a sua exclusão em debates, particularmente no campo de formação de professores. “Não bastarão leis, se não houver a transformação de mentalidades e práticas, daí o papel estruturante que adquirem as ações que promovam a discussão desses temas, motivem a reflexão individual e coletiva e contribuam para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso” (BRASIL, 2009, p. 9).

Movimentos conservadores, que acreditam que incluir o debate do tema diversidade sexual na sala de aula é doutrinar política e ideologicamente o aluno, vêm ganhando força nos últimos tempos. Esses movimentos defendem a ideia de que tratar assuntos como o do tema em questão é tarefa dos pais e não do Estado. Apoiados nessa ideia, o Movimento Escola sem Partido (MESP), por exemplo, diz lutar pelo respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções (MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO, n.p). Sobre isso, 12 (doze) dos 13 (treze) discentes envolvidos na pesquisa acreditam que debater o assunto é responsabilidade da escola e da família, dentre as justificativas, destacamos as seguintes:

Isso é um trabalho de todos. A escola e a família devem trabalhar juntas em prol do desenvolvimento do aluno.

Sim, com toda certeza, mas ele (o professor) deve ter conhecimento do assunto.

Deve debater dentro da sala de aula pois tem muitas famílias que não falam sobre esse assunto que é muito importante.

É um assunto que deve ser tratado por toda a sociedade inclusive os professores nas escolas.

Creio que o debate sobre o tema deva sim se fazer presente em sala de aula, contudo, creio que a orientação de tal discussão deva ser estruturada e pensada por vários profissionais da educação para que os alunos se conscientizem sobre o tema de maneira sólida a fim de reduzir os casos de discriminação nas salas de aula e na sociedade.

Entretanto, um discente se posicionou acreditando que debater tal assunto é responsabilidade de cada família: *Creio que seja responsabilidade de cada família.*

O que devemos levar em conta é o que muitos acreditam: debater o tema diversidade sexual em sala de aula é ir contra a autoridade moral da família; é ir contra o direcionamento estabelecido por pais no campo da religião, da moral e dos bons costumes. Pode ser esse um dos maiores obstáculos que dificultam o debate do tema dentro da escola. O que muitas vezes pode ser um problema é o fato de a família ser o primeiro espaço de exclusão do jovem que se apresenta diferente (KAMEL, 2008). Precisamos dessacralizar a família, pois ela é também

um lugar de opressão e de violência (MIGUEL, 2015). Sendo assim, a escola tem um importante papel de modificar essa realidade aprendida.

São vários os fatores que podem contribuir para a não aceitação do debate sobre o tema diversidade sexual na escola, como, por exemplo, o discurso moral-religioso das igrejas. O que pode ser considerado um grave problema são os discursos de ódio e intolerância em nome da moral e da família, o que faz com que a discriminação e o preconceito sejam alimentados e disseminados. Além disso, devido a uma religião ou crença, o debate na sala de aula é negado e assim, interditas aos alunos informações e discussões acerca do tema.

Podemos considerar a LGBTfobia como fruto da ignorância e/ou da falta da discussão de informações. Da recusa e da não importância do debate na sociedade e em âmbito educacional. Grupos ativistas LGBT+, pelo direito e cidadania LGBT+, lutam pela criminalização da LGBTfobia no Brasil, visto que é o país onde ocorre a maior parte de assassinatos LGBT+ em todo o mundo. Sobre esse assunto, na tentativa de agregar informações que possam vir a contribuir para o presente trabalho, 10 (dez) discentes defendem a ideia da criminalização da LGBTfobia, enquanto 2 (dois) acreditam que a LGBTfobia não deve ser tratada como um crime. Entretanto, 1 (um) discente acha que a LGBTfobia deve ser tratada como um crime desde que haja algum tipo de agressão física ou psicológica. Diante disso, percebemos a falta de informação e a importância do debate, uma vez que LGBTfobia é a repulsa ou aversão aos LGBT+ caracterizada por agressões verbais, psicológicas e/ou físicas.

Movimentos e grupos que defendem os direitos e lutam pela igualdade e respeito também vêm ganhando voz e força nos últimos tempos. Campanhas e protestos, como a Parada do Orgulho LGBT+, reúnem ativistas e a população LGBT+ para celebrar o orgulho de ser quem é e lutar contra o preconceito. Os discentes participantes da pesquisa, vêm esses movimentos como algo importante e que pode contribuir para a quebra de tabus e preconceitos. Apenas 1 (um) discente comentou não conhecer o suficiente para comentar ou opinar. Dentre os alunos que julgam tais movimentos importantes, cabe destacar as seguintes justificativas:

Mais do que necessário, enquanto o preconceito e a falta de informações existirem, o movimento LGBT+ DEVE existir para preservar quem precisa de apoio.

Um movimento importante, pois muitos ainda devem se conscientizar do assunto, aceitar que é válida toda forma de amor.

Um movimento tão importante como vários outros e deve ser defendido, pois é fundamental respeitar qualquer pessoa independentemente da cor, sexo, religião, etc.

Vejo como um movimento importante para a luta contra o preconceito e várias outras causas, como reconhecimento da identidade de gênero, casamento civil igualitário, fim da “cura gay”. As manifestações é uma forma de lutarem por esses direitos. Já com respeito as campanhas, penso que são de extrema necessidade, a fim de levar o conhecimento ao público, uma vez que a visão preconceituosa muitas vezes decorre por não ter conhecimento.

Cada dia tendo mais voz dentro da sociedade.

Os registros das discussões por meio do grupo focal, nos permitiram ir mais fundo em algumas questões relacionadas à escola e ao tema abordado.

Ao iniciar o debate, foi pedido aos discentes que comentassem o que entendiam sobre LGBTfobia. Percebemos uma posição comum entre eles, mas com justificativas diferentes. Um discente apontou a falta de liberdade no Brasil travestida de uma liberdade mascarada pela cultura carnavalesca:

Infelizmente, os números mostram que o Brasil é o país que mais mata homossexuais no mundo e o grande problema, que eu vejo pelo menos, é que muitas vezes pelo fato de nós morarmos em um país onde tem carnaval, onde as mulheres saem de biquínis pelas ruas, onde tem escolas de samba em que as mulatas saem de fio dental, é um país onde há uma liberdade muito grande, mas na verdade não é isso.

A LGBTfobia é diariamente marcada por gestos, olhares, insultos, agressões e assassinatos. A intolerância (ou a ignorância) do indivíduo faz com que ele reduza uma pessoa que se relaciona afetivamente com uma outra do mesmo sexo a apenas gay ou lésbica, nada mais:

Isso é o que me incomoda extremamente, quando se fala que uma pessoa é gay, não importa se ele é professor, padeiro, farmacêutico... ele é gay! Mas ele tem outras coisas, outras atividades na vida, ele faz outras coisas. As pessoas heterossexuais, elas são héteros, mas ninguém fala assim “Ah, ela é hétero!”. As pessoas falam que são professoras, advogadas, ela é cantora... O hétero não é uma qualidade, um adjetivo. (...) por quê que as pessoas têm que colocar essa carga, entendeu?

Evidenciaram também os apelidos por nomes pejorativos que contribuem para a discriminação e fomentam o ódio e a intolerância pelas diferenças:

Ser homossexual é uma ofensa? É um palavrão? Igual, eu tenho na minha família uma prima que é homossexual. Ela é casada com uma mulher; ela adotou uma criança... Quanto preconceito ela sofre! Ninguém vê ela como uma escritora de uma revista famosa em Bauru, São Paulo. Todo mundo olha como a homossexual. (...) Então, ela chega e todo mundo acha aquele absurdo. Eu não entendo ter homossexual, gay, como um xingamento. Eu não entendo de onde veio isso... E hoje em dia o mundo está tão evoluído... Como pensar assim?

Nos ambientes educacionais, esse insulto por apelidos com nomes pejorativos não é diferente e o silêncio do professor é uma forma de manter as coisas como estão e contribuir com o preconceito e a discriminação. A linguagem usada pelos alunos para humilhar ou ofender outro aluno também vem carregada de preconceito. Ao usar palavras como “bicha”, “traveco”, “sapatão”, dentre outras, como forma de ofender ou menosprezar alguém, reduzem pessoas LGBTQ+ a personagens grotescos, enaltecendo a heteronormatividade e diminuindo aqueles que fogem do padrão imposto.

Em relação ao espaço e voz que a comunidade LGBTQ+ vem alcançando nesses últimos tempos, uma aluna considera essas oportunidades de debates como uma forma de encorajar aqueles que não se aceitam:

Porque sempre existiram. Eles sempre existiram, mas eram extremamente reprimidos. E aí a gente olha como essa evolução é tão, mas tão lenta. A evolução do ser humano como ser humano, a relação de um com o outro, é tão lenta. (...) então, discutir esse tipo de assunto é muito importante, porque não adianta a gente pensar que vamos fazer qualquer evolução

tecnológica, se a gente não conseguir evoluir as relações humanas, se a gente não evoluir como sociedade e isso para mim é o principal.

De fato, a homossexualidade ao longo dos tempos foi motivo de exclusão, punição e violência contra aqueles que se autodeclaravam fora dos padrões heteronormativos. Mitos criados acerca da homossexualidade contribuíram para dar à heterossexualidade uma condição natural, considerando a homossexualidade como anormal. Conde (2004) descreve que

Ao trazer a discussão da sexualidade para o domínio público, assim como o fizeram o feminismo e os movimentos de liberação sexual da década de 1960, o movimento homossexual apresenta uma antinomia e exige que ela seja assumida pelo Estado laico de direito, distante dos dogmas religiosos e das noções preconcebidas – a sexualidade é política, e a individualidade constitui um direito humano fundamental. Em outras palavras, o movimento não admite que o desrespeito ao direito humano fundamental de exercer livremente a orientação sexual seja tratado pelo Estado como assunto limitado à esfera privada (CONDE, 2004, p. 15).

Na Conferência Nacional de Educação Básica, em 2008, definiu-se que

a escola pública se tornará cada vez mais pública na medida em que compreender o direito à diversidade e o respeito às diferenças como um dos eixos orientadores de sua ação e das práticas pedagógicas (Brasil/MEC, 2008, p. 13).

Para que isso aconteça, é necessário que se faça muito além de uma reorganização escolar e da formação de professores. É preciso ampliar o diálogo da escola com a sociedade, de maneira que a sociedade se transforme em um reflexo de uma escola democrática e de respeito às diferenças.

A partir da análise dos relatos, podemos perceber algumas considerações feitas pelos participantes sobre o debate do tema homossexualidade dentro do contexto religioso. Uma aluna considerou que:

Se tornou “ feio ” o fato da pessoa ser homossexual porque, como se muito se usa hoje, a questão da reprodução. Infelizmente a gente ainda está muito preso na questão de que uma mulher e um homem devem se casar e se reproduzir. Tanto que, se uma mulher hoje fala que ela não quer se casar, que ela não quer ter filhos, é um absurdo (...) é sentimento! A pessoa, a gente é ligado aqui por um laço, seja ele de amizade, de confiança... Por que duas pessoas do mesmo sexo não podem estar ligadas por um laço também?

O discurso de algumas igrejas sobre a sexualidade humana pode ser considerado moral-religioso (TORRES, 2006). Moral pelo fato do sexo ser visto apenas como função procriadora; e religioso por ser fundamentada a partir de uma doutrina. Já em relação à homossexualidade propriamente dita, um discente exemplifica:

O que eu defendo e já tive problema com isso é a questão da Igreja. Eu acho que tem que ser respeitado a estrutura que cada igreja é fundamentada. Se você não concorda, tem outra igreja, por isso existem tantas igrejas. (...) A participação de um gay dentro da igreja católica ela é resguardada? Sim, um gay pode ir lá, não tem problema. Só que qual que é o papel que ele vai assumir dentro daquela igreja? Como leigo? A igreja não proíbe isso. (...) então quanto ao exemplo da igreja católica, realmente eu acho que falam que a igreja católica é preconceituosa, quem realmente não conhece a igreja católica, quem não sabe como ela foi fundamentada.

Na maioria das vezes, o debate sobre o tema diversidade sexual adentra o campo religioso. Atualmente, vemos líderes religiosos que se posicionam a favor do debate sobre o tema diversidade sexual, compreendendo a homossexualidade como uma condição humana, mas também vemos líderes que abominam essa condição como uma “obra que não é de Deus”. Na verdade, questões relacionadas a esse debate homossexualidade *versus* religião vão muito além disso, mas não serão devidamente evidenciadas no presente trabalho.

Segundo a cartilha publicada pela Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA em 2008, no Rio de Janeiro, a diversidade religiosa enriquece o debate e o diálogo na escola:

Cada religião possui doutrinas e ideologias próprias e, portanto, perspectivas próprias sobre temas como por exemplo a sexualidade. Existem religiões que são mais tolerantes e acolhedoras do que outras em relação às diversas expressões da sexualidade. A escola não pode, em nome de uma religião e de seus interesses, tornar sua crença uma “verdade absoluta” ou um “dogma” que não respeita e não reconhece as diferenças (KAMEL, 20018, p. 25).

A escola deve partir da diversidade cultural que permeia a sociedade e se apoderar de conhecimentos e aprendizagens que essa diversidade lhe oferece para alcançar o respeito e a tolerância, assim como pontua um discente:

A gente vive em sociedade, a gente disputa várias opiniões, a gente chega em um consenso. E talvez seja esse o caminho: a gente encontrar o respeito mútuo, que ninguém invada o espaço de ninguém, mas que a gente possa conviver em paz onde todo mundo, no mínimo, se suporta.

Direcionando o debate para o curso de licenciatura em Matemática da UFSJ, chegamos à conclusão que faltam oportunidades e disciplinas de práticas pedagógicas para o debate do assunto.

É porque eu acho, por exemplo, a didática, a didática ela é voltada para uma prática. Ai acaba que a gente discute a prática e não os temas fora. É, tipo, sei lá, metodologia, estágio... ai que acho que a gente não tem muitas matérias que proporcionam isso. Por exemplo, psicologia a gente teve uma pequena discussão, vamos dizer assim, acerca do tema, mas assim, não é porque a matéria é discussão que a gente discute esses temas”, pontua um discente.

Concluimos assim que é a partir de algumas experiências discutidas nessas disciplinas, que surgem oportunidades para o debate do tema em questão.

A Supervisão de Estágio foi uma das disciplinas que os discentes apontaram como importante para o debate, uma vez que, no âmbito dessa disciplina, são discutidas práticas para atuar em sala de aula.

Há tempos que a grade horária do curso de licenciatura em Matemática da UFSJ tem o horário de 21h00min às 22h50min, nas sextas-feiras, sem aulas. Diante disso, um discente pontuou a necessidade de se dar mais importância aos debates de temas como esse e aproveitar o horário disponível para realizar rodas de debate e conversa:

Eu acho que a gente pensa muito pequeno. Igual a gente estava brigando no centro acadêmico quando a gente estava tentando colocar algumas disciplinas. Por que que a gente não pode ter essa conversa no horário de sexta-feira vago? Por que tem que colocar na disciplina? (...) Seria a gente, nós do curso, criar vergonha na cara e começar a interagir com essas coisas por vontade nossa, por vontade própria e não, simplesmente esperar cair do céu e ter um professor interessado. Eu acho que é isso.

Como futuros professores, devemos ter o conhecimento de que muitos de nossos alunos compartilharão e/ou refletirão sobre certos ensinamentos e atitudes que partirão de cada um de nós. Assim, poderemos contribuir para a quebra de tabus e preconceitos proporcionando momentos de conversa e de ensinamentos sobre conteúdos escolares. Segundo um discente, em determinadas disciplinas isso acontece com maior facilidade, porém nas disciplinas da área de Matemática isso é mais difícil de acontecer:

Eu acho que em determinadas disciplinas, isso acontece de uma forma natural, por exemplo, em biologia talvez. Agora em matemática é mais difícil, tipo assim eu resolvendo uma expressão e do nada vou começar um assunto sobre... não. Mas eu acho que tem momentos que isso é necessário.

A questão é que, assim como em outras disciplinas, não é sempre que será possível a inclusão do tema na sala de aula. Em certos momentos, independente do conteúdo estudado, a discussão pode vir à tona, em outros pode ser melhor trabalhado, por exemplo, com a ideia da interdisciplinaridade:

Mas é nesse momento, igual eu comentei, que entra a interdisciplinaridade. Que aí também é uma conversa, igual você citou que o fato de sermos professores, isso é uma missão humana de qualquer pessoa independente da disciplina que ela leciona. Então a gente pode fazer um trabalho com a biologia, mas por trás a gente tem o professor ser humano que tem um papel aí.

Oportunidades para o aluno refletir sobre o tema em suas próprias atitudes ou através das atitudes do próximo, podem acontecer a qualquer momento. Diante disso, o conhecimento, a postura e a forma com que o professor for conduzir esse debate deve ser cuidadosa. Uma questão que os alunos propuseram, diz respeito à imparcialidade do professor:

Vai que a gente se depara na sala de aula com aluno homofóbico. Você vai chegar perto e falar assim 'você não pode ser homofóbico'? Não. Você vai expor para ele a realidade que essas pessoas sofrem e o que aquela atitude dele, daquele modo, pode estar contribuindo para isso. Aí o aluno vai se deparar com aquela situação, aí com certeza, qualquer pessoa vai parar frente aquela situação e refletir: será que o que eu estou fazendo é certo? Você não

precisa chegar perto e falar 'não aja assim, isso é errado'. Você expõe para ele a atitude dele, o que que está acontecendo no mundo, o que essas pessoas estão sofrendo, como que isso chegou desse modo... porque tem certas pessoas que, sei lá, sabe, expor para ele mais coisas que não está dentro do mundo dele, mostrar para ele que o mundo é muito mais do que aquilo que ele acredita.

Já em relação às práticas nas aulas de Matemática propriamente ditas, os licenciandos em Matemática da UFSJ acreditam ser possível a abordagem do tema em algumas ocasiões no processo de ensino e aprendizagem de Matemática. Muitos se referiram à Estatística - ciência exata que visa fornecer subsídios ao analista para coletar, organizar, resumir, analisar e apresentar dados - como um leque de oportunidades para o tratamento do tema abordado:

Trabalhar alguma coisa com biologia, alguma coisa com a geografia, por exemplo a densidade demográfica e envolver sempre a estatística que no caso, eu acho que é uma parte que traz impacto quando você vê a matemática nos gráficos, nas tabelas, nos seus dados... acho que fica mais claro e mais visual... destaca mais, não sei.

A promoção de momentos de reflexão em sala de aula de forma coletiva, através de debates, levantamento e interpretação de dados estatísticos relacionados a determinados temas, como o aqui abordado, pode propiciar aos alunos subsídios necessários para entender mais sobre estes assuntos e contribuir para a sua formação enquanto cidadão crítico e praticante do seu direito de opinar e exigir seus direitos. Exemplificando isso, um discente pontua:

Eu levei uma vez um texto, só que era sobre a diferença salarial entre gêneros. Uma pesquisa oficial falando que nos cargos mais altos, não pessoas que ganham salários mínimos, mas pessoas que ganham bem, tipo gerente de empresas que tem diferença entre os salários de homens e mulheres. Então levei os dados, levei até um processo que a empresa levou por isso e tal. Então do mesmo jeito que eu consegui levar isso em uma aula, poderiam também fazer de forma semelhante, né? Dá para trabalhar sim.

Aliando a Estatística à interdisciplinaridade, surgiu a ideia de projetos educacionais relacionados ao tema:

Eu acredito que sim, que é possível. Acho que a estatística vai ser uma ferramenta muito importante para trabalhar esse tema e vejo também que tem várias possibilidades, principalmente no que a @ falou, de reunir e fazer um grupo com outros professores e desenvolver um projeto, mesmo que a longo prazo, que os professores pensassem para desenvolver esse projeto na escola.

Dentro da ideia de projetos interdisciplinares, os professores podem possibilitar aos seus alunos uma aprendizagem eficaz na compreensão da realidade em sua complexidade e, ao mesmo tempo, trabalhar com temas que merecem atenção e não podem ser ignorados e deixados de lado, uma vez que, se dedicarmos e nos colocarmos disponíveis para isso, há possibilidades de se trabalhar o tema abordado nas aulas de Matemática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos importante trazer questões ligadas à diversidade sexual para esse meio educacional, destacando a importância de discutir tal tema na formação inicial de professores e com outros profissionais da educação.

Podemos considerar a LGBTfobia como uma das principais formas de *bullying* no sistema educacional brasileiro, uma vez que é mais naturalizada no contexto escolar do que o racismo, por exemplo, o que faz com que homossexuais sejam agredidos por pessoas que acreditam serem normais. Essas manifestações ofensivas naturalizadas podem apresentar como consequência o desinteresse do aluno pela escola. Para Abramovay (2004), “a discriminação contra alunos que são ou que não são considerados homossexuais por parte dos colegas ocorre principalmente de forma velada, por meio de referências preconceituosas” (ABRAMOVAY, 2004, p.289).

As práticas do professor em sala de aula devem ser carregadas de referenciais que possibilitem ao estudante reconhecer quem se é, sem inferiorizar e menosprezar outras formas de orientação sexual, na tentativa de valorizar a diversidade sexual. Essas práticas se tornam ainda mais necessárias, visto que em livros didáticos, material importante e muito usado pelas escolas, por exemplo, a presença de imagens, situações problema ou textos que discutam ou que nos permitam refletir sobre temas ligados à diversidade sexual ainda é absolutamente ausente.

Para que isso se torne efetivo, é preciso propor aos alunos dos cursos de licenciaturas momentos de debates e discussões em relação ao tema. Faz-se necessário que os discentes conheçam sobre o assunto para que, dentro da sala de aula, possam informar e promover discussões acerca do tema. Sobre os discentes concluintes do curso de licenciatura em Matemática da UFSJ, o mesmo é passível de acontecer. Os alunos acreditam na possibilidade de abordar o tema nas aulas de matemática no ensino básico, porém são poucos os momentos de discussão relacionados a ele. O ensino de matemática, na perspectiva da educação matemática crítica, objetiva desenvolver a competência democrática, através do desenvolvimento dos conhecimentos matemático, tecnológico e reflexivo. Somando isso à transversalidade proposta pelos PCNs em relação ao tema Orientação Sexual, assumimos um compromisso com a construção da cidadania voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva.

Os educadores têm papel fundamental diante da exigência de ensinar valores sociais que possam contribuir para que os estudantes reflitam e discutam sobre a diversidade de pensamentos, posturas e condutas. No cotidiano da escola, o silêncio sobre alguns assuntos nada mais é que outra forma de difundir valores que impedem as/os estudantes de se sentirem mais seguras/os nesse ambiente.

É importante destacar que, devemos acolher o tema diversidade sexual nas aulas de matemática de forma que seus conteúdos o explicitem e que seus objetivos sejam alcançados.

Assim, não se trata de que os professores das diferentes áreas devam “parar” sua programação para trabalhar os temas, mas sim de que explicitem as relações entre ambos e as incluam como conteúdos de sua área, articulando a finalidade do estudo escolar com as questões sociais, possibilitando aos alunos o uso dos conhecimentos escolares em sua vida extraescolar. Não se trata, portanto, de trabalha-los paralelamente, mas de trazer para os conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva dos temas. (BRASIL, 1998, p. 27)

Mesmo com documentos que nos assegurem discutir temas como o da diversidade sexual dentro da sala de aula, a inserção desse debate no contexto educacional não é tarefa fácil. O assunto ainda é tratado como um tabu por profissionais da educação e da comunidade escolar. Tal dificuldade no tratamento do tema pode ser reflexo de tomadas de decisões no contexto educacional ligadas a interesses políticos e ideológicos que não dão a importância para o tratamento de temas como esse.

Restam aos cursos de formação de professores tratarem o assunto com mais seriedade na tentativa de desconstruir a ideia de que falar sobre isso é uma forma de influenciar crianças

e adolescentes. O tratamento e debate sobre a diversidade sexual na escola é uma das formas mais eficazes para a diminuição do preconceito e da intolerância.

Um caminho para se chegar a uma escola sem LGBTfobia, que respeite a diversidade sexual e identidades de gênero, consiste na elaboração de planos de ação que focalizem as discriminações contra a diversidade sexual no cotidiano escolar, a fim de erradicá-las.

6. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- BRASIL. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero**. CEPESC; Brasília : SPM, 2009.
- BRASIL. Ministério Da Educação. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**. Brasília: MEC. 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conferência Nacional da Educação Básica – Documento Final**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conferencia_seb.pdf>. Acesso em: jan.2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRITTO, R. R.. **Educação matemática & democracia: mídia e racismo**. VII CIBEM – Montevideo, Uruguay. Setembro de 2013.
- CARDOSO, F. FERRARI, Anderson. **Gênero e sexualidades: desafios e potencialidade para a educação em tempos de conservadorismos**. Revista Ártemis, Vol. XXII nº 1; jul-dez, 2016.
- CARRARA, S. **Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade**. V.3 / Organizadores: Carrara, Sérgio...[et. Al], - Rio de Janeiro: CEPESC: Brasília, DF: Secretaria de Políticas Para as Mulheres, 2010.
- CONDE, M. F. C. **O Movimento Homossexual Brasileiro: sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania**. – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2004.
- D' AMBRÓSIO, U. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- DINIZ, Débora. **Seminário Plano Nacional de Educação: Mobilização Nacional por uma Educação sem Homofobia**. Câmara dos Deputados, Brasília: 2011.
- ESCOLA SEM PARTIDO. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/sobre/quem-somos>> Acesso em: set.2018.
- FANTE, C. **Fenômeno bullying: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Campinas: Verus, 2005.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. Londrina: Eduel, 2006.

FURLANI, J. **Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da tolerância**. Organização, apresentação e notas Ana Maria Araújo Freire. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2013

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**, v. 10. Liber Livro Editora, Brasília, 2012.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Arquivo diário: 16/05/2017**. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/2017/05/16/>> Acesso em: set.2018.

KAMEL, L. **Diversidade sexual nas escolas: o que os profissionais de educação precisam saber**. Rio de Janeiro, 2008.

LIONÇO, T. DINIZ, D. (Orgs). **Homofobia & Educação**. Brasília: Letras livres: Ed. Unb, 2009.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar – o que é? Por quê? Como fazer?** LEPED/Unicamp: Campinas, 2003.

MARTINS, M. J. D. **O problema da violência escolar: Uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados**. Revista Portuguesa de Educação, 2005.

MIGUEL, L. F. **A criminalização do pensamento crítico**. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/10/29/a-criminalização-do-pensamento-critico/>. Acesso em: mar.2018.

MONTEIRO, R. **A jihad do arco-íris**. Jornal do Brasil, 12 mar. 2005. Disponível em <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/internacional/2005/12/03/jorint20051203002.htm>. Acesso em: jan.2018.

MOTT, L. **Toda agressão contra LGBT é crime homofóbico**. In: Quem a Homotransfobia matou hoje. 2010. Disponível em:< <https://homofobiamata.wordpress.com/quem-somos-3/o-que-e-homofobia/>> Acesso em: jan.2018.

NOGUEIRA, P. H. Q. D'ANDREA, A. C. E. B. **Juventudes, sexualidades e relações de gênero**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

POWELL, R. A.; SINGLE, H. M. **Focus groups**. International Journal of Quality in Health Care, v. 8, n. 5, p. 499-504, 1996.

RODRIGUES, A. R F. SALLES, G. D. **Educação sexual, gênero e diversidade sexual: formação de professoras e alunas multiplicadoras como metodologia de ensino**. Anais II

Simpósio Gênero e Políticas Públicas ISSN2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011.

RODRIGUES, B. **Diversidade sexual, gênero e inclusão escolar**. Revista Brasileira de Educação Básica. nov.dez. 2017. Disponível em: <<https://rbeducacaobasica.com.br/diversidade-sexual-genero-e-inclusao-escolar/>> Acesso em: set.2018.

SANTOMÉ, J. T. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. In: Alienígenas na sala de aula. Uma introdução aos estudos culturais em educação. Vozes, Rio de Janeiro: 1995.

SILVA, T. T. **O currículo como fetiche – a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SKOVSMOSE, O. **Educação Matemática Crítica: a questão da democracia**. Campinas/SP: Papyrus, 2001.

SÓ MATEMÁTICA. **Introdução à estatística**. Virtuuous Tecnologia da Informação, 1998-2018. Disponível na Internet em <<https://www.somatematica.com.br/estat/basica/pagina1.php>> Acesso em: mai.2018.

TOLOMEOTTI, T. CARVALHO, F. **Um currículo degenerado: os planos de educação e a questão de gênero nos documentos educacionais**. Revista Artemis. Vol. XXII nº 1; p. 73-84. jul-dez, 2016.

TORRES, M. A. **Os Significados da Homossexualidade no Discurso Moral-religioso da Igreja Católica em Condições Históricas e Contextuais Específicas**. Revista de Estudos da Religião, Nº 1 / 2006 / pp. 142-152 UFMG, 2006.

UNESCO. **Declaração de Princípios Sobre a Tolerância**. Conferência Geral da UNESCO. Paris, 1995.

VIEIRA GARCIA, M. R. **Homofobia e heterossexismo nas escolas: discussão da produção científica no Brasil e no mundo**. 2009.

7. ANEXOS

ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada(o) a participar, como voluntária(o), da pesquisa intitulada “*Dificuldades e desafios no tratamento do tema “diversidade sexual na escola” na percepção de licenciandos do curso de Matemática da UFSJ*”, conduzida por Kaio Trindade Mineiro Vale, aluno do curso de Matemática da UFSJ. Este estudo tem por objetivo descrever e compreender as dificuldades percebidas por discentes do curso de matemática da Universidade Federal de São João del-Rei no tratamento do tema “diversidade sexual”, tanto nos momentos de formação inicial quanto na sua futura prática em sala de aula.

Você foi selecionada(o) por estar concluindo o curso de matemática na UFSJ e, portanto, prestes a exercer a profissão docente. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Sua participação não é remunerada nem implicará em gastos para os participantes.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em debater como o tema “*diversidade sexual*” tem sido discutido na formação inicial do professor de matemática, uma vez que, como profissionais, estaremos inseridos em uma sala de aula, lugar de luta pela igualdade, equidade, respeito e combate a todo tipo de discriminação. Nesse debate, esperamos que você comente possíveis dificuldades e desafios no tratamento do tema dentro da sala de aula quando, por exemplo, nos depararmos com uma situação de discriminação. Nos reuniremos em uma sala no Campus Santo Antônio da UFSJ para o debate que será registrado em áudio e terá duração de, aproximadamente, 1 hora e 30 minutos.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. Se houver a necessidade de uso individual de dados, serão usados pseudônimos.

O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes.

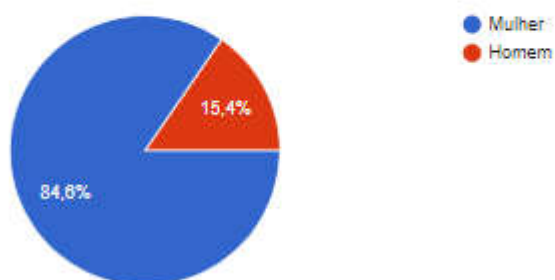
São João del Rei, 04 de dezembro de 2017.

Assinatura do(a) participante: _____

PERGUNTAS RESPOSTAS **13**

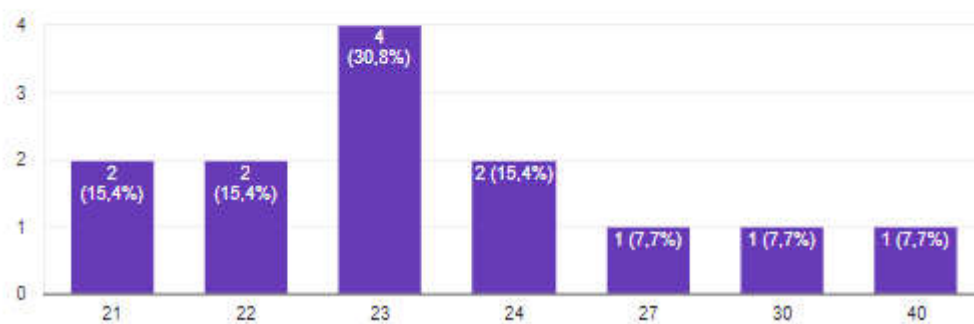
Se identifica como?

13 respostas



Idade

13 respostas



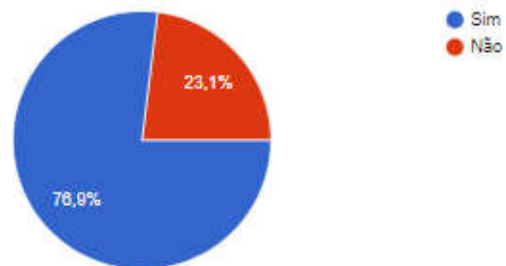
Orientação Sexual

13 respostas



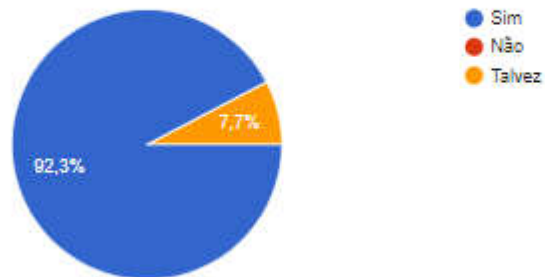
Já participou de palestras sobre o tema Diversidade Sexual?

13 respostas



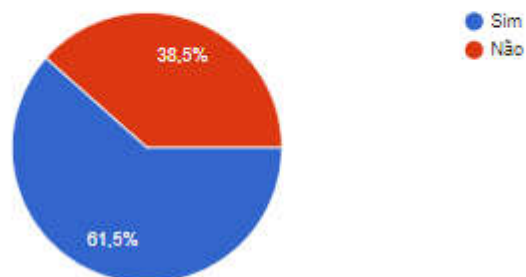
Considera importante o debate do tema trabalhado na pesquisa no meio educacional?

13 respostas



Tem algum familiar LGBT+?

13 respostas



Acha que o professor deve debater o assunto dentro da sala de aula ou isso é apenas trabalho da família?

13 respostas

Isso é um trabalho de todos. A escola e a família devem trabalhar juntos em prol do desenvolvimento do aluno.

Se houver necessidade deve sim ser debatido

Acho que o professor deve debater o assunto dentro da sala de aula.

Sim, com toda certeza, mas ele deve ter conhecimento do assunto.

Esse assunto deve ser debatido dentro da sala de aula

Deve debater dentro da sala de aula pois tem muitas famílias que não falam sobre esse assunto que é muito importante.

É um assunto que deve ser tratado por toda a sociedade inclusive os professores nas escolas

Creio que seja responsabilidade de cada família

Sim, o professor também deve debater esse assunto em sala de aula.

Creio que o debate sobre o tema deva sim se fazer presente em sala de aula, contudo, creio que a orientação de tal discussão deva ser estruturada e pensada por vários profissionais da educação para que os alunos se conscientizem sobre o tema de maneira sólida a fim de reduzir os casos de discriminação nas salas de aula e na sociedade.

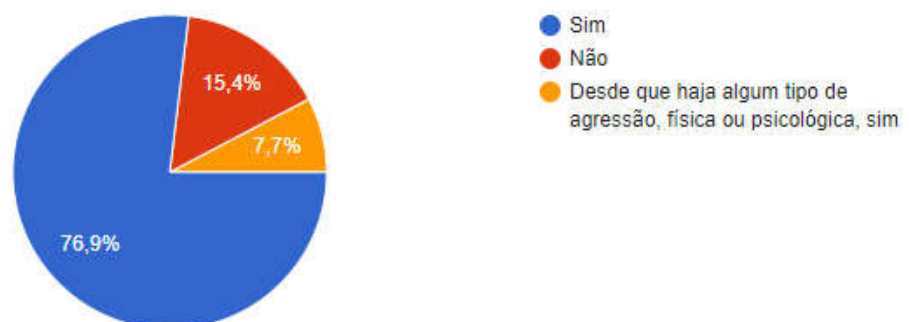
Professores e familiares

professor e família

Acredito que o professor deve sim debater esse assunto no contexto da sala de aula a fim de levar o conhecimento a seus alunos. Além do mais muitas famílias são fechadas a esse assunto ou tem uma visão preconceituosa sobre a Diversidade Sexual, refletindo o que as gerações anteriores acreditavam.

Defende a ideia de criminalização da homofobia?

13 respostas



Como caracterizaria o movimento LGBTQ+? (Sobre campanhas, manifestações e etc)

13 respostas

Mais do que necessário, enquanto o preconceito e a falta de informações existirem, o movimento LGBTQ+ DEVE existir pra preservar quem precisa de apoio.

Não conheço o suficiente para caracterizar ou opinar

Desculpa não entendi muito bem a pergunta. Mas caracterizaria como um movimento que luta pelo respeito da comunidade LGBTQ+.

Um movimento importante, pois muitos ainda devem ser conscientizar do assunto, aceitar que é válida toda forma de amor.

Importante para acabar com o preconceito que vem ocorrendo hoje em dia!

Um movimento tão importante como vários outros e deve ser defendido, pois é fundamental respeitar qualquer pessoa independente da cor, sexo, religião, etc..

Acredito que o movimento e importante porque proporciona a discussão sobre os direitos civis de homossexuais e trans.

Julgo válida a luta contra os crimes de homofobia, como violência, bullying/discriminação e etc.

Não sei dizer muito sobre o assunto, porém acho que todos têm direito de expressão e merecem respeito em relação as suas orientações.

Não conheço as atividades do movimento, contudo, acredito que tais movimentos devam lutar pela criminalização de quaisquer atitudes preconceituosas que assolam a sociedade a fim de reconhecer todos os cidadãos como iguais perante a lei independente de sua orientação sexual.

Ocupando cada dia mais o seu lugar na SA

cada dia tendo mais voz dentro da sociedade

Vejo como um movimento importante para a luta contra o preconceito e várias outras causas, como reconhecimento da identidade de gênero, casamento civil igualitário, fim da "cura gay". As manifestações é uma forma de lutarem por esses direitos. Já com respeito as campanhas, penso que são de extrema necessidade, a fim de levar o conhecimento ao público, uma vez que a visão preconceituosa muitas vezes decorrem por não ter conhecimento.